



Nosso plano para Copenhague

O governo federal resolveu se comprometer com ações para reduzir as emissões de gases. Por que isso pode ser um bom negócio para o país

Alexandre Mansur

O governo brasileiro anunciou, na sexta-feira dia 13, um conjunto de ações que soam ambiciosas para reduzir as emissões responsáveis pelas mudanças climáticas. É uma gama de estratégias: da redução no desmatamento à expansão do biodiesel, de novas técnicas de fertilização na agricultura à substituição de carvão mineral por outro de reflorestamento (*leia o quadro na página 66*). Ao todo, elas implicariam redução de 36% a 39% sobre um dos cenários proje-

tados para as emissões brasileiras em 2020. O preço de tudo foi estimado em R\$ 200 bilhões. É uma conta alta. “Mas ela inclui tanto gastos quanto investimentos, que terão retorno financeiro”, diz Tasso Azevedo, ex-diretor do Serviço Florestal Brasileiro, atual assessor do Ministério do Meio Ambiente. Essas medidas poderão trazer vários benefícios ao país, tanto internamente quanto no cenário externo. Além, é claro, de ajudar a garantir um clima estável para o planeta, o que reduz nosso risco de pre-

juízos agrícolas ou com eventos extremos, como tempestades ou furacões. Afinal, o que o país ganha antecipando medidas às vésperas da reunião em Copenhague?

Embora tenha gerado auê ao longo da semana, a meta em si é apenas um exercício de imaginação baseado em uma estimativa de crescimento do país. As medidas anunciadas são mais relevantes. O Brasil, diferentemente de qualquer outra grande nação do mundo, pode reduzir boa parte de suas emissões sem comprometer sua atividade industrial. E a um custo relativamente baixo. Segundo um estudo realizado pela empresa de consultoria da McKinsey, o Brasil é o quinto país com mais possibilidades de reduzir seus gases poluentes. Cerca de 85% disso pode ser obtido na agricultura, na pecuária e nas florestas. O desmatamento responde por algo entre 55% e 70% de nossas emissões, dependendo de quem mede. Para continuar reduzindo seu ritmo, será preciso investir em fiscalização, incentivar o uso sustentável da floresta e também acelerar a regularização fundiária.

Essas medidas exigiriam cerca de R\$ 14,6 bilhões por ano, ou pouco menos de € 10



QUEIMA DE ESTOQUE

Trabalhadores no Pará fazem carvão a partir de lenha de desmatamento. Os países ricos podem pagar até US\$ 8 bilhões se o Brasil cumprir metas de redução na devastação

por tonelada de carbono que deixa de ir para a atmosfera. Uma pechincha diante do que as empresas na Europa pagam por corte nas emissões. Lá, elas negociam em Bolsa os créditos gerados por projetos que reduzem a poluição de forma mais barata. É por isso que o Brasil pretende negociar em Copenhague a regulamentação de um mecanismo por meio do qual os países desenvolvidos pagariam aos emergentes que conseguissem comprovar ter freado a devastação. Acredita-se que o instrumento, conhecido pela sigla em inglês REDD, poderia trazer até US\$ 8 bilhões ao Brasil.

Outro grande pedaço das emissões pode ser obtido com melhoria de técnicas agrícolas. É uma proposta que vem sendo defendida pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. O setor representa cerca de 25% das emissões do Brasil. E deverá chegar a 30% até 2030. Metade desses gases vem da pecuária. São expelidos pela digestão do gado ou pela decomposição dos resíduos que ele deixa no pasto. Essa parte é difícil evitar. Mas a outra metade das emissões vem de práticas agrícolas que podem ser alteradas, como queimar o terreno antes do plantio. Os fertilizantes à base de nitrogênio também deixam no solo um gás, o óxido nitroso, que contribui para o efeito estufa. O fertilizante pode ser substituído, em parte, pela inoculação de bactérias nas raízes das plantas. A adoção dessas novas práticas agrícolas aumenta a produtividade no campo. Aplicá-las até 2020 geraria lucro.

Um dos aspectos delicados do plano para a agricultura é o aumento da produtividade da pecuária. Estima-se que 20% a 25% da área já aberta no Brasil esteja comprometida com a criação de gado. Praticamente todas as áreas desmatadas nos últimos anos foram usadas para expandir o pasto. Estudos da Embrapa afirmam, porém, que seria possível triplicar o rebanho sem ampliar a área de pasto, aumentando a densidade do gado. Dos 72 milhões de hectares devastados, o equivalente a toda a Região Sul do país, cerca de 56 milhões de hectares são ocupados de uma forma que deixa cada boi pastar num terreno equivalente a dois campos de futebol. Em fazendas mais modernas, em São Paulo, a mesma área alimenta seis bois. Além disso, o plano do governo prevê a recuperação

de grande parte dos atuais 100 milhões de hectares de pastos degradados em todo o país. Ao custo de R\$ 4 bilhões, pelas contas da Embrapa, isso aumentaria a produtividade e estaria de acordo com as regras que os grandes frigoríficos se comprometeram a adotar para seus fornecedores. Também reduziria os riscos que o país enfrentaria para exportar carne a mercados sensíveis ao discurso ambiental.

Além das florestas e da agricultura, boa parte das ações para reduzir as emissões brasileiras, detalhadas no Plano Nacional sobre Mudança do Clima elaborado por um comitê interministerial, também teria retorno positivo para o país. Algumas talvez fossem realizadas sem que houvesse a crise climática. É o caso da geração de eletricidade a partir da queima do bagaço de cana, que eleva o faturamento das usinas de álcool. Estima-se que as usinas, que hoje contribuem com menos de 3% da eletricidade do país, poderão chegar a 11% em 2030. Isso custa R\$ 1,4 milhão por megawatt – valor pago em cinco

As usinas de álcool podem gerar eletricidade limpa e o investimento se paga em até sete anos

a sete anos. Em comparação, outros investimentos em energia levam de dez a 13 anos para dar retorno.

É claro que nem tudo dá retorno financeiro. Substituir o carvão mineral queimado nas siderúrgicas por carvão vegetal, oriundo de florestas plantadas, é bom para o ambiente, mas tem um preço alto. Enquanto o carvão mineral é o combustível fóssil que mais polui, o vegetal não contribui para o aquecimento global, pois as árvores, enquanto crescem, tiram gás carbônico do ar. Algumas empresas do setor, como a Arcelor Mittal, já investem em florestas plantadas e produzem o “aço verde”. “Mas elas só pagam isso quando vendem créditos de carbono pelas árvores plantadas”, diz Antonio Tarcizo de Andrade e Silva, diretor da Associação Mineira de Silvicultura.

O Brasil também tem espaço para aumentar suas fontes limpas de energia. Só agora despertou para o potencial da energia dos ventos, que os países europeus e os EUA têm desenvolvido nos últimos anos. A Espanha, onde 26% da eletricidade vem de turbinas eólicas, reduziu em 11% a conta de luz neste ano. Segundo estimativas mais ousadas, o Brasil tem potencial para produzir, a partir dos ventos, uma vez e meia toda a eletricidade que consome. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ►



As promessas do Brasil até 2020

O que o governo brasileiro deverá propor em Copenhague e qual será a redução nas emissões previstas



AÇÃO PREVISTA	REDUÇÃO
Cortar em 80% o desmatamento da Amazônia	21%
Cortar em 40% o desmatamento do Cerrado	4%
Recuperar pastos degradados	3,1% a 3,8%
Integrar lavoura e pecuária	0,7% a 0,8%
Expandir o plantio direto ⁽¹⁾	0,6% a 0,7%
Trocar fertilizantes por bactérias	0,6% a 0,7%
Usar energia de modo mais eficiente	0,4 a 0,6%
Ampliar o uso de biocombustíveis	1,8% a 2,2%
Acelerar a construção de hidrelétricas	2,9% a 3,7%
Adotar fontes alternativas de energia	1,0% a 1,2%
Reduzir o carvão de desmatamento na siderurgia	0,3% a 0,4%
Redução total	36% a 39%

Isso equivale a até **15%** a menos das emissões em 2005⁽²⁾

CUSTO TOTAL

R\$ 200 bilhões
em 10 anos, entre gastos e investimentos

⁽¹⁾Técnica que não expõe o solo e evita a liberação de gases.
⁽²⁾A lei paulista prevê redução de 20% em relação a 2005



DESVIO
Caminhão transita numa rodovia em Goiás. Estradas melhores reduziriam o consumo de diesel. E as emissões

marcou para o dia 25 de novembro o primeiro leilão do país para a compra de energia eólica. “A falta de uma política de longo prazo ainda assusta os investidores e impede que a eólica tenha preço competitivo no país”, diz Suzana Kahn Ribeiro, secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Apesar do sucesso do álcool combustível, o país ainda pode reduzir suas emissões no setor de transportes. Graças ao transporte de cargas por caminhões, 54% do que o país queima é diesel. Segundo a McKinsey, se o país crescer como se espera, a emissão dos caminhões deverá dobrar até 2030, apesar da adição de 5% de biodiesel ao combustível. Mas seria possível reduzir em 25% as emissões com um programa para modernizar a frota e melhorar a tecnologia dos motores. Também se estima que reformar as estradas esburacadas reduziria em até 20% o consumo de combustível, segundo Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe, o departamento de pós-graduação em engenharia da UFRJ.

O anúncio feito pelo governo brasileiro, além dos possíveis impactos no jogo político interno do país, tem intenções de influenciar em Copenhague. As propostas espelham a posição que os países emergentes defenderão na conferência. Enquanto os países desenvolvidos teriam de se comprometer com metas fixas de emissão de gases de efeito estufa, as nações em desenvolvimento querem algo diferente. Elas assumiriam um conjunto de ações dentro de suas possibilidades, batizadas de Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (ou Namas, na sigla em inglês). Ao antecipar seu pacote, o governo brasileiro pode incentivar outros países a anunciar suas Namas. Também responde à queixa dos

países desenvolvidos de que os emergentes não estariam fazendo sua parte.

As propostas voluntárias poderiam ser úteis ao Brasil caso o combate às mudanças climáticas assumira a forma de uma guerra comercial entre países com e sem metas. O Reino Unido se comprometeu em lei a reduzir em 80% as emissões até 2050. A União Europeia anunciou unilateralmente que vai cortar 20% das emissões até 2020. “Países ou blocos comerciais podem impor barreiras aos que não assumiram compromissos ambientais”, diz José Augusto Fernandes, diretor executivo da Confederação Nacional da Indústria. “É importante garantir, nas negociações, que ao menos os países que tiverem Namas não sofrerão restrições ao comércio.”

Os cidadãos brasileiros apoiam medidas para reduzir as emissões. Uma pesquisa feita pelo instituto Market Analysis comparou a percepção do público em nove capitais do país às respostas em outros cinco países. Pela enquete, 82,9% dos brasileiros declaram que é necessário tomar medidas extremas contra o aquecimento global, índice que só perde para a resposta dos franceses. Mas 47,5% dos brasileiros dizem que a economia será prejudicada se tentarmos cortar as emissões. Se estiverem certos, o apoio popular às medidas anunciadas pelo governo poderá cair. E o que deveria ser um anúncio para melhorar a imagem do Planalto poderá ter efeito contrário. ♦